

Oficina de Trabalho para
identificação de prioridades e
ações estratégicas para o
fortalecimento da interface
desenvolvimento agrário,
alimentação saudável e saúde
no Estado de Goiás

SETEMBRO/2024

Oficina de trabalho para identificação de prioridades e ações estratégicas para o fortalecimento da interface desenvolvimento agrário, alimentação saudável e saúde no Estado de Goiás

**17 de setembro de 2024
Universidade Federal de Goiás - UFG
Goiânia - GO**

PROPONENTES

- PROJETO PROSPECÇÃO FIOCRUZ CERRADOS
- SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO / MDA-GO

PROGRAMAÇÃO

8h30 – Café da manhã

09h - Abertura

José Valdir – Superintendência Federal de Desenvolvimento Agrário / MDA-GO

Guilherme Franco Netto – Projeto de Prospecção Fiocruz Cerrados / FIOCRUZ

09h30 – Mesa Redonda: Contextos, desafios e oportunidades para fortalecimento da alimentação saudável

Valcler Rangel – MS

André Búrigo – VPAAPS/Fiocruz

Denise Oliveira – Fiocruz Brasília

Juarez M. Rodrigues - MDA-GO

12h – Debate

12h30 – Intervalo

14h – Oficina de Trabalho

Coordenação: Guilherme Franco Netto (FIOCRUZ)

15h30 – Intervalo

16h30 – Debate e Encaminhamentos

17h30 – Encerramento

Sumário

1. JUSTIFICATIVA.....	5
2. OBJETIVO.....	6
3. CONTEXTUALIZAÇÃO	6
4. DESENVOLVIMENTO.....	7
4.1 - MESA REDONDA: CONTEXTOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA FORTALECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL.....	7
4.2 – OFICINA DE TRABALHO – SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS	14
PARTICIPANTES	19

1. JUSTIFICATIVA

A promoção da alimentação saudável integra as grandes prioridades da agenda global. O combate à fome é o carro-chefe dos objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030. Intensifica-se o debate sobre a necessidade de que os sistemas alimentares sejam orientados de forma a atender as necessidades de vida e de saúde da população do planeta, visando alterar o inaceitável desequilíbrio social hoje prevalente. A concentração da produção global de alimentos nas mãos de poucas dezenas de corporações transnacionais, de espectro nutricional extremamente limitado e de baixa saudabilidade, produz uma substantiva carga negativa à saúde da população, cujo perfil é dominado pela desnutrição, de um lado, e pela obesidade, de outro lado.

No Brasil, estão em curso importantes iniciativas em prol da alimentação saudável, expressas em políticas públicas e ações da sociedade civil. A iniciativa Prospecção Fiocruz Cerrados e a Superintendência do MDA/GO têm estabelecido diálogos entre seus respectivos objetos centrais: Defesa e Promoção da Sociobiodiversidade dos Cerrados e a Produção de Alimentos Saudáveis.

2. OBJETIVO

Identificação de prioridades e ações estratégicas para o fortalecimento da alimentação saudável no Estado de Goiás.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

O Plano Plurianual 2024-2027 do Ministério do Desenvolvimento Agrário apresenta os seguintes Programas:

1. Programa Agricultura Familiar e Agroecologia
2. Programa Abastecimento e Soberania Alimentar
3. Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e Povos e Comunidades Tradicionais.

O Projeto Fiocruz Cerrados da Fiocruz tem como um de seus objetivos “identificar rede de parcerias e colaboração em defesa da promoção da sociobiodiversidade dos Cerrados”.

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 - MESA REDONDA: CONTEXTOS, DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA FORTALECIMENTO DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Guilherme Franco Netto, coordenador de Saúde, Ambiente e Sustentabilidade - FioPROSAS / VPAAPS e do Projeto Prospecção Fiocruz Cerrados, iniciou a sessão dando as boas-vindas aos participantes e destacou a relevância da parceria para o fortalecimento do desenvolvimento agrário e da segurança alimentar. Ele ressaltou a importância de identificar os **pontos de convergência existentes**, com o objetivo de orientar as ações futuras em cima das políticas públicas.

Valcler Rangel, assessor especial para Territórios do Ministério da Saúde, ressaltou a importância do Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os níveis: municipal, estadual e federal, e pontuou a importância da integração das pautas e no reflexo da Política Nacional de Saúde Integral para as Populações do Campo, Floresta e Água – PNSIPCFA. Ele destacou que está acompanhando alguns projetos com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial e Secretaria de Agricultura Familiar, e fazendo uma articulação que seja virtuosa no sentido de áreas de plantas medicinais e fitoterápicos, tendo em vista que é uma saída para esses envases no campo ambiental. Além disso, esses pontos-chave têm sido discutidos com a Secretaria de Ciência e Tecnologia e Complexo Industrial da Saúde, além do Termo de Cooperação entre o MDA, o Ministério da Saúde e Fiocruz e que está constituindo o comitê gestor para sua atuação. Mencionou também o trabalho que está sendo feito de mapeamento da cadeia de valor das plantas medicinais e destacou que esses poderão ser canais de atuação com os parceiros em Goiás.

André Búrigo, coordenador da Agenda de Saúde e Agroecologia da VPAAPS/Fiocruz, ressaltou a importância de uma parceria mais integrada e orgânica entre a Fiocruz



e o MDA para atuação nos Cerrados. Ele destacou que a Fiocruz já desenvolve mais de 150 iniciativas voltadas para a agroecologia em todo o território nacional, ressaltando o trabalho que vem sendo feito desde 2018 nos mais diferentes temas, com

marisqueiras, comunidades quilombolas, povos indígenas, pensando nessa articulação entre a agroecologia e segurança alimentar, pensando nas cozinhas solidárias e política de abastecimento local e passa por várias experiências de cuidados com a saúde onde as plantas medicinais tem um destaque importante. Falou do projeto que está coordenando em cooperação com o MDA de agriculturas urbanas e mencionou ainda a necessidade de considerar os espaços urbanos, ressaltando iniciativas do governo Lula voltadas para a **agricultura urbana**.

André apontou que o fortalecimento da proteção da biodiversidade e a promoção da saúde são objetivos fundamentais desse trabalho conjunto. Ele também anunciou o lançamento do **Plano de Abastecimento Alimentar para o Cerrado**, que incluirá um edital de apoio e financiamento para iniciativas de agroecologia, visando fortalecer a produção de conhecimento nas comunidades locais. Como proposta, sugeriu a realização de uma reunião no início do próximo ano para avaliar os resultados dos editais.

Denise Oliveira, Vice-Diretora da Fiocruz Brasília, destacou que o Distrito Federal atua como um polo de atração, impactando diretamente as cidades ao redor e



que vem desenvolvendo um trabalho em relação a soberania e segurança alimentar e nutricional na Rede DF, a qual apresenta os piores indicadores. A Fiocruz tem desenvolvido trabalhos junto a patrimônios ambientais e comunidades quilombolas, observando o uso de terras quilombolas para o cultivo de soja e a criação de gado. Esses processos têm resultado no

desaparecimento de córregos, mananciais e espécies nativas da região. Ela apontou o desafio de **avancar com políticas públicas**, dado que modos de produção insustentáveis continuam a se expandir e enfatizou a **necessidade de ações que considerem as demandas locais**.

Nesse contexto, a Fiocruz também atua em terreiros de matriz africana, buscando contribuir de forma mais abrangente para a agroecologia e questões ambientais.

Denise ressaltou que esses territórios enfrentam não apenas problemas relacionados ao **uso de agrotóxicos, mas também questões fundiárias e hídricas**.

Embora o Programa de Territórios Saudáveis e Sustentáveis tenha sido implementado, o **racismo ambiental** continua a influenciar o que é considerado saudável e sustentável. Ela observou que a ciência, em muitos casos, se distanciou da conexão sagrada com a terra, algo que as comunidades locais ainda mantêm. Para a Fiocruz, o desafio está em promover a saúde integrada a sistemas ambientais, e em **construir uma ponte cognitiva eficaz entre ciência e prática**. No entanto, destacou a dificuldade de implementar adequadamente as ações nos territórios, mesmo quando há produção de conhecimento.

Juarez Rodrigues, Assessor Técnico da Superintendência do MDA-GO, destacou a importância do acordo de cooperação com a Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia do MDA, especialmente nas áreas de assistência técnica e extensão rural. Ele mencionou que é fundamental **identificar os contatos adequados dentro da SAF para fortalecer essa parceria**.

Enfatizou ainda a necessidade de delinear **ações que promovam o avanço da Política e do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana**. Ele destacou que a Universidade de Brasília (UNB) já possui experiência consolidada neste projeto, sugerindo a possibilidade de articulação para sua implementação em Goiânia.

Rodrigo de Souza, chefe da divisão de articulação do MDA GO destacou a existência de uma **coordenação de mudanças climáticas, sob a liderança de Raquel Furtado**, responsável por iniciativas como a criação de cinturões verdes, zonas de conforto climático nas cidades e a promoção da agricultura urbana.

Joana Darc Pereira, Subcoordenadora de Atenção à Saúde das Populações do Campo, Cerrado, Florestas e Águas/Gerpop/Spais/SES, representando a Política Estadual do Campo, Floresta e Água, explicou que trabalha com populações específicas, com foco especial nas comunidades tradicionais, assentamentos rurais e compartilhou que lotes da reforma agrária estão sendo arrendados para a produção de soja. Ela expressou preocupação tanto pela capacidade de produção de alimentos quanto pelos impactos negativos ao ecossistema, como o aumento do uso de agrotóxicos e da irrigação intensiva. Joana ressaltou que é essencial promover uma troca de conhecimentos entre academia e campo, além de implementar políticas públicas que tragam resultados concretos. Ela destacou o esforço da Secretaria Estadual de Saúde em ir a campo para identificar as principais dificuldades enfrentadas por essas populações.

Joana também mencionou a busca por parcerias que proporcionem resultados efetivos, melhorando as condições de vida dos povos tradicionais e repensando o desenvolvimento da agricultura, de forma sustentável.

Leonardo Gonçalves, Coordenador de Vigilância e Fiscalização de Saúde do Trabalhador da SUVISA/SES/GO, manifestou sua preocupação com os trabalhadores do setor produtivo, destacando a necessidade de criar ações que ofereçam suporte na mitigação dos agravos à saúde. Ele enfatizou a importância de iniciativas voltadas para garantir a segurança e o bem-estar desses trabalhadores.

Guilherme fez uma reflexão sobre a fala de Denise, destacando que responder ao "quê" é tão importante quanto responder ao "como". Ele ressaltou que a construção dos caminhos para enfrentar esses desafios representa uma grande responsabilidade. Guilherme mencionou o conceito de "desertos alimentares", observando que os assentamentos rurais estão suscetíveis a viver essa realidade.

Ele reforçou que trazer respostas para essas questões é um dos grandes desafios que o Brasil enfrenta atualmente, especialmente em contextos complexos como os de mudanças climáticas e eventos relacionados. Para ele, a construção desses caminhos deve ser feita com a sociedade atuando como protagonista, garantindo uma abordagem colaborativa e inclusiva.



José Valdir, Superintendente do MDA, enfatizou que agroecologia, agrofloresta e bioeconomia são políticas que têm recursos no MDA. Ele compartilhou sua experiência pessoal com a agricultura saudável, afirmando que é possível e necessário avançar frente à gravidade da situação atual e listou alguns desafios essenciais, os quais sejam: **a necessidade de descolonizar a ideia de que os recursos naturais são infinitos e podem ser utilizados sem restrições; a libertação da dependência do 'pacote da Revolução Verde', especialmente entre os agricultores; a**

importância de sair da 'bolha' de discursos bem elaborados e aproximar-se do senso comum para promover uma mudança real; a urgência de disputar o orçamento público, pois mudanças estruturais na base da produção não ocorrerão apenas com idealizações. Ele destacou que são necessárias políticas públicas robustas para implementar a agroecologia, e isso requer recursos. Valdir reforçou que o ministério tem priorizado a transição agroecológica em suas pautas.

Janaine Saraiva, Analista do MDA GO, destacou a importância de atuar diretamente na base territorial, abrangendo os 18 territórios do estado de Goiás. Falou ainda do projeto de governança territorial e que já tem 12 territórios para serem homologados em Goiás. Chamou a atenção para a presença de comunidades quilombolas em localidades como Professor Jamil, Goianira e Aparecida de Goiânia, enfatizando que, muitas vezes, apenas os Kalungas são lembrados, enquanto outras comunidades permanecem invisibilizadas.

Guilherme ressaltou que, no caso específico do Cerrado, a Fiocruz tem enfrentado o desafio de estar presente em áreas com grande vazio sanitário. Ele comentou sobre a escassez de políticas públicas no Cerrado, o que motivou a criação do projeto. Guilherme destacou que metade da biodiversidade do Cerrado já foi irremediavelmente destruída, conforme evidenciado em seminários sobre mudança climática, onde foram apresentadas informações alarmantes. Ele defendeu a necessidade de identificar caminhos para promover mudanças, destacando que esse é um processo progressivo.

Joana mencionou que, no desenvolvimento dos planos de trabalho, foram realizadas ações voltadas para a prevenção de acidentes de trabalho e para o combate aos problemas de saúde decorrentes do uso de agrotóxicos. O objetivo dessas ações é melhorar as condições de vida e garantir a segurança alimentar das populações, promovendo, assim, mais saúde. Ela acredita que o caminho é estar presente no território, trabalhando junto com essas comunidades.

Juarez destacou a importância da transição agroecológica e do **fortalecimento das redes de agroecologia, incluindo movimentos populares.** Ele também salientou a **formação de agentes transformadores da agroecologia no contexto da agricultura familiar.**

Glays Matos, Analista do MDA GO, enfatizou o **papel da assistência técnica e extensão rural (Ater),** mencionando a dificuldade de acesso às políticas. Segundo ele, um bom serviço de Ater pode integrar essas políticas, buscando garantir que o agricultor e sua família tenham uma boa qualidade de vida, contribuindo com a sociedade e com a produção de alimentos. Ele mencionou ainda que o problema da

água pode ser revertido com a participação das populações rurais, sobre a necessidade de fortalecer as cooperativas de agricultura familiar e destacou que é preciso estabelecer parcerias com as universidades para um trabalho focado na educação.

Bruno Magnum, Geógrafo do MDA GO, explicou o funcionamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, que complementa a reforma agrária do INCRA e tem como objetivo assentar famílias e reduzir a pobreza rural. Ele destacou que o programa é financiado por um fundo de terras, com acesso condicionado à análise de critérios relacionados tanto à terra quanto ao beneficiário. Além disso, Bruno mencionou que há uma linha de crédito especial chamada "Terra da Juventude", voltada para a permanência dos jovens no campo e a sucessão rural, oferecendo juros mais baixos e maiores descontos. No contexto do MDA, um dos principais papéis é fiscalizar por até 10 anos se as terras adquiridas estão sendo utilizadas para a produção agrícola, incentivando a implementação de práticas sustentáveis e a produção de alimentos saudáveis. O programa integra políticas de agroecologia, crédito rural e incentivos a jovens e mulheres no campo, além de ter parcerias com outros ministérios. Recentemente, foi feita uma proposta para o MDA Nacional sobre a capacitação de técnicos responsáveis pela elaboração de projetos, com foco na agricultura sustentável e agroecologia. Esse evento foi avaliado positivamente e o MDA está interessado em expandir o curso. O programa, apesar de ter regulamentos rigorosos, tem mostrado abertura para novas políticas e integração com outras iniciativas.

Bruno também mencionou o interesse em **integrar políticas de agroecologia e oferecer cursos técnicos de agroecologia para a implementação dos projetos.**

Luiza Medeiros, Psicóloga Social do MDA GO, destacou que o Ministério do Desenvolvimento Agrário foi retomado recentemente, o que precisa ser considerado. Ela atua na subsecretaria das Mulheres Rurais, gerindo editais específicos voltados para o fortalecimento das organizações de mulheres rurais, quintais produtivos, mutirões de documentação e serviços jurídicos para a população rural.

Priscylla Menezes, Geógrafa do MDA GO, mencionou seu trabalho com políticas voltadas para os jovens, com o objetivo de fortalecer a sucessão rural. Ela destacou a importância de **ouvir os alunos das escolas do campo e de construir parcerias para melhorar a formação desses jovens.** Destacou a parceria com a Fetaeg para projetos com os jovens do campo, e que já discutiram propostas de agroecologia e conhecimento administrativo para promover uma sucessão rural mais qualificada.

Janaine explicou que trabalha com a governança territorial, política territorial e os Pactos de Cooperação Territorial (PCTs). Ela ressaltou que parte do estado de Goiás

ainda não possui territórios homologados, mas que 12 territórios estão em fase de homologação, com o objetivo de regularizar os demais. Segundo Janaine, **a Política Territorial servirá como base para a implementação de outras políticas.** Ela também mencionou os mercados institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Conab, e as visitas técnicas realizadas em cooperativas e locais beneficiados, com o intuito de aprender e criar uma rede de apoio. Além disso, destacou a parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG) para o **desenvolvimento de um aplicativo voltado aos serviços do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras para implementar o programa.**

Rodrigo destacou o acompanhamento das atividades relacionadas ao **cooperativismo, mencionando o Programa Mais Gestão,** em parceria com o IFGoiano, e o envolvimento no Fórum Goiano de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos.

Vinicius Aguiar, analista do MDA-GO, mencionou sua atuação no contexto das políticas territoriais, com foco em estatísticas e dados e que um dos gargalos identificados é o acesso para realização do cadastro no CAF, especialmente para cooperativas, associações e comunidades tradicionais. A falta de cadastro impede o acesso a diversos benefícios, como a aposentadoria, crédito rural e outras políticas públicas do Ministério. Isso representa um problema crescente, com o aumento no número de famílias que estão perdendo seus cadastros, o que gera impactos em todo o sistema de assistência e financiamento.

Outro ponto crítico é o levantamento das cooperativas e associações que ainda não estão formalizadas. A ausência de dados concretos sobre essas entidades prejudica a criação de programas de gestão mais eficazes, como o Programa Internacional ou o projeto do Instituto Federal Goiano, que oferece suporte técnico e estratégico. Estamos mapeando o estado de Goiás para identificar as áreas prioritárias que devem ser atendidas, com foco especial em cooperativas da agricultura familiar. Essas iniciativas viabilizam, por exemplo, a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que permite a comercialização de produtos para instituições públicas, como escolas e hospitais. Recentemente, foram iniciadas discussões sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que é uma importante estratégia de inserção de pequenos produtores no mercado institucional. Esse diálogo reforça a importância de ações articuladas para que cooperativas possam acessar políticas públicas e desenvolver sua capacidade de gestão.

Falou que o trabalho coletivo, seja ele de comunidades tradicionais, de

agricultores familiares e camponeses, tem muitas especificidades e que é preciso identificar aqueles que estão na condição de cooperar e criar parcerias. Destacou a parceria já estabelecida entre o MDA e a Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

Ele destacou a necessidade de estabelecer prioridades para atender as áreas menos assistidas e de ampliar a participação das prefeituras na compra de alimentos por meio dos programas PAA e PNAE, devido à qualidade dos produtos. Vinicius relatou que o mapeamento da produção das cooperativas na região metropolitana de Goiânia já está sendo realizado, comprovando a diversidade e qualidade dessa produção. Ele também sugeriu a exploração de selo de produtos da agricultura familiar e produtos da sociobiodiversidade.

Guilherme reforçou a importância de **trabalhar com base nas demandas e características dos territórios, respeitando as prioridades territoriais já identificadas.**

4.2 – OFICINA DE TRABALHO – SÍNTESE DAS DISCUSSÕES E ENCAMINHAMENTOS

1. Insegurança Alimentar e Qualidade dos Alimentos: Foi discutido pelo grupo a importância da qualidade dos alimentos consumidos. A insegurança alimentar não envolve apenas a falta de acesso ao alimento, é preciso substituir alimentos industrializados por saudáveis, o que é fundamental para melhorar a nutrição. Todavia, muitas pessoas, devido à falta de recursos, não conseguem comprar alimentos saudáveis, como legumes e verduras, e acabam consumindo produtos ultraprocessados. Pessoas em situação de rua, por exemplo, costumam receber doações de alimentos processados, como pães e carnes, mas raramente têm acesso a verduras e legumes frescos. É preciso identificar a fome crônica como menos prevalente em Goiás, mas com presença de má nutrição e insegurança alimentar, especialmente nas grandes cidades.



2. Merenda Escolar e Segurança

Alimentar Infantil: A merenda escolar é uma importante fonte de alimentação básica para muitas crianças, especialmente para as que enfrentam insegurança alimentar. A pandemia agravou esse problema, resultando em diferentes graus de insegurança alimentar.

3. Contaminação e Agricultura

Familiar: A contaminação por agrotóxicos é um problema crescente, até em pequenas propriedades. Embora haja avanços, como a redução da contaminação por drogas agrícolas, o risco ainda

existe. A produção orgânica enfrenta obstáculos devido à contaminação de propriedades vizinhas que utilizam agrotóxicos. Mesmo em áreas orgânicas, há risco de contaminação ambiental, tornando difícil garantir alimentos totalmente livres de produtos químicos. Foram feitos vários relatos de impactos negativos dos agrotóxicos na saúde humana e animal, com doenças graves, como câncer, causadas pela exposição ao veneno. E ainda faltam estudos sistemáticos e medidas de fiscalização eficazes.

4. **Territórios Agroecológicos:** A criação de territórios agroecológicos foi citada como um ideal para o futuro, embora seja um desafio devido à contaminação e ao uso exagerado de produtos químicos;
5. **Produção agroecológica e seus desafios:** Foi destacado que, apesar de ser viável produzir de forma agroecológica, o desafio está em comercializar os produtos, já que o agricultor enfrenta dificuldades em fazer os produtos chegarem ao consumidor sem atravessadores;
6. **Importância das políticas públicas:** O papel crucial das políticas públicas foi ressaltado em vários momentos da discussão, como a compra de alimentos pela prefeitura, o que facilita o acesso a alimentos de qualidade tanto para a população de baixa renda quanto para a classe média. O Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra - MST é o maior produtor de arroz orgânico da América Latina, e a política da aquisição de alimentos pela prefeitura é a que permite a acessibilidade.

- 7. Integração de políticas públicas e cooperativismo:** Foi defendida a necessidade de cooperativas e associações para fortalecer a produção e comercialização dos alimentos, além de promover a industrialização e conservação de produtos agroecológicos – Já existe uma cooperação entre a OCB e MDA.
- 8. Propostas para a capacitação e assistência técnica:** Uma das sugestões compartilhadas envolve a criação de um programa de "residência rural", onde profissionais recém-formados, como agrônomos e nutricionistas, atuariam em comunidades de agricultores familiares. Essa formação seria contínua e focada em territórios, com envolvimento de instituições como IF Goiano e Núcleos de Educação Ambientais – NEA's.
- 9. Pedagogia da Alternância:** As Escolas Família Agrícola utilizam um sistema pedagógico em que os filhos de agricultores alternam entre o aprendizado na escola e o trabalho no campo, formando projetos profissionais com uso de tecnologias. Então, a ideia é que todos os jovens finalizem o curso com um projeto profissional, que entendam a tecnologia, dominem o uso dela e repliquem nos seus projetos e comunidades.
- 10. Parcerias e redes institucionais:** Foi sugerido o estabelecimento de parcerias entre universidades, institutos federais, Fiocruz e outras instituições, para facilitar a integração de políticas públicas e capacitação de comunidades rurais em agroecologia e saúde.
- 11. Educação permanente e conscientização:** A educação da população sobre os riscos de agrotóxicos, descarte de materiais tóxicos e medidas de proteção são mencionadas como uma estratégia para mitigar os problemas de saúde pública. Há uma cooperação com o Centro de Informação e Assistência Toxicológica de Goiás - CIATOX, que atua na orientação e no suporte à população em casos de exposições por substâncias potencialmente tóxicas.

É preciso incluir esses temas na grade curricular dos residentes de saúde.
- 12. Ação territorial e consórcios de municípios:** A discussão abordou a territorialização das políticas públicas, como a fiscalização sanitária e a criação de consórcios de municípios para melhor implementação de sistemas de inspeção

sanitária. Esses consórcios facilitariam a aplicação das legislações e a atuação em áreas mais amplas. Além disso, seria uma estratégia eficaz para permitir a comercialização de produtos entre estados.

13. Fiscalização sanitária e educação da população: A questão da resistência da população local à fiscalização foi discutida, mencionando casos em que alimentos contaminados foram apreendidos e a população não entendeu a gravidade. Apontando aí para a necessidade de uma melhor comunicação e educação sobre a importância da inspeção sanitária.

14. Programa Proeza: Foi destacado o Programa Nacional de Educação Sanitária coordenado pelo Ministério da Agricultura, e que há a necessidade de maior avanço metodológico no trabalho com agricultores. A abordagem adotada, em alguns casos, tende a simplificar excessivamente as questões enfrentadas pelos agricultores, o que pode ser visto como uma subestimação de suas capacidades. No entanto, o grupo já está formalmente constituído e estruturado, o que representa uma oportunidade concreta de atuação nos estados. É importante ressaltar que o orçamento disponível para essas iniciativas parece ser limitado, o que pode restringir o alcance das ações.

15. Tecnologias Sociais: Há iniciativas em tecnologia social, como a criação de uma unidade de referência em uma Escola Família Agrícola em Orizona – Goiás, com foco em energia solar, armazenamento de água e outras tecnologias aplicáveis ao campo. Além disso, diversas oficinas estão sendo realizadas em territórios carentes, como em Santa Rita do Araguaia, com foco em temas como energia solar e irrigação. O MDA também vai implantar na Escola Família Agrícola (EFA) de Morrinhos curso sobre ferramentas de tecnologias sociais.



16. Regionalização da Saúde e Inclusão Social no SUS: Os representantes da Secretaria Estadual de Saúde de Goiás ressaltaram os desafios enfrentados pelo SUS para integrar suas ações às dinâmicas territoriais locais. A regionalização é uma necessidade para melhorar a cobertura e atendimento da saúde pública com base nas características de cada território. Outra questão destacada foi a inclusão de populações tradicionais no atendimento do SUS, com a existência de um "painel de promoção da

equidade em saúde dos povos e comunidades tradicionais em Goiás", que monitora os atendimentos específicos dessas populações, que pode ser acessado por meio do link:

https://indicadores.saude.go.gov.br/pentaho/api/repos/%3Apopulacao_tradicional%3Apaineis%3Apainel.wcdf/generatedContent

Através deste painel, é possível acompanhar a condição de saúde de maneira detalhada. No entanto, ainda se encontra no início, uma vez que a primeira parcela do financiamento foi liberada em julho, e está completando três meses de operação. O primeiro monitoramento está programado para ocorrer em setembro.

Apesar do curto prazo, já existem dados suficientes para obter uma visão preliminar da situação de saúde no território. O painel fornece informações detalhadas, como o número de crianças abaixo do peso, entre outros indicadores relevantes. Este painel é de acesso público, o que garante transparência no acompanhamento dos eixos monitorados.

O SUS adota o princípio da regionalização, que orienta suas ações de saúde de acordo com as dinâmicas regionais. No entanto, o planejamento em saúde ainda é amplamente focado na demanda e oferta de serviços, sem um diálogo efetivo com as especificidades dos territórios. Apesar de a Constituição Brasileira considerar a saúde como resultado de múltiplos fatores — como alimentação, educação, cultura

e renda —, na prática, essa visão integrada não se reflete plenamente nas ações de saúde.

Embora existam experiências localizadas de territorialização da saúde, elas ainda são limitadas e não estão amplamente implementadas em todo o sistema. A abordagem atual carece de um diagnóstico territorial profundo nas unidades de saúde, que se baseiam mais em indicadores de mortalidade e morbidade do que em uma compreensão ampla das características e necessidades específicas dos territórios em que atuam. Esse é um déficit que precisa ser superado.

Portanto, a perspectiva territorial é fundamental para a saúde, pois leva a uma abordagem mais abrangente e contextualizada, permitindo uma compreensão mais precisa das condições de vida da população. Esta é a proposta que precisa ser implementada, reconhecendo a importância de integrar as dinâmicas territoriais nas ações do sistema de saúde.

PRÓXIMAS AÇÕES DESTACADAS:

- Reunião sobre a residência multiprofissional territorial – 18/10;
- Junção do mapeamento do MDA com SES e LAPIG;
- Avaliação do mapeamento do SANRURAL;
- Avaliação do mapeamento das comunidades tradicionais feito pela Secretaria Estadual de Saúde de Goiás;
- Reunião com André Burigo para o início de 2025.

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO
Bruno Magnum	SFDA/MDA-GO
Carlos Eduardo Leal	FIOCRUZ
Glays Matos	SFDA/MDA-GO
Guilherme Franco Netto	FIOCRUZ
Isabella C. Martins	FIOCRUZ
Janaine Saraiva	SFDA/MDA-GO

Joana Darc Pereira da Silva	SES-GO
José Valdir	MDA-GO
Juarez M. Rodrigues	SFDA/MDA-GO
Juliana Vieira	FIOCRUZ
Lacineia Milhomem	SES-GO
Leonardo Gonçalves Hayne	SES-GO
Lorena Covem Rosa	FIOCRUZ
Luiza Medeiros	SFDA/MDA-GO
Pedro Novaes	FIOCRUZ
Priscylla Menezes	SFDA/MDA-GO
Rodrigo de Souza	SFDA/MDA-GO
Rosana Cerosino	FIOCRUZ
Tatiane Lemes Ribeiro	FIOCRUZ
Vinícius Aguiar	SFDA/MDA-GO
RELATORIA - manhã	
Isabella Martins	
Tatiane Lemes	
RELATORIA – tarde	
Carlos Eduardo	
Rosana Cerosino	
COBERTURA JORNALÍSTICA	
Juliana Vieira	FIOCRUZ
Suzane Duraes	FIOCRUZ
TRANSMISSÃO AUDIOVISUAL	
Miller Caldas Barradas	CIAMB/UFG
RELATÓRIO FINAL E DIAGRAMAÇÃO	
Tatiane Lemes	FIOCRUZ
REVISÃO	
Lorena Covem	FIOCRUZ
Suzane Duraes	FIOCRUZ

